

1

1

Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Saúde de São

2

Paulo.

3

4

Ata da Reunião Extraordinária do Pleno do CES/SP de 08/10/2020.

5

Ao oitavo dia do mês de outubro de dois mil e vinte foi realizada Reunião

6

Extraordinária do Pleno do CES/SP, no Conselho Estadual de Saúde, por

7

meio eletrônico, com as seguintes **REPRESENTAÇÕES E PRESENCAS: I -**

8

PODER PÚBLICO - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: Eduardo

9

Ribeiro Adriano (Suplente); Roxane Coutinho (Suplente); **SECRETÁRIOS**

10

MUNICIPAIS DE SAÚDE: Tiago Texera (Titular); **II - PRESTADORES**

11

PRIVADOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE - ENTIDADES FILANTRÓPICAS:

12

João Luis Velluci (Titular); **ENTIDADES COM FINS LUCRATIVOS:** Kátia

13

Souza Kaiser (Titular); **III - REPRESENTAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE**

14

SAÚDE - REPRESENTANTES DOS SINDICATOS DE TRABALHADORES

15

NA ÁREA DA SAÚDE: Benedito Augusto De Oliveira (Titular); Lourdes

16

Estevão De Araújo (Suplente); Francinilda Souza Lima (Suplente); Adilton

17

Doreval Leite (Titular); Ernane Silveira Rosas (Suplente); **CONSELHOS DE**

18

FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL: Durval Rodrigues

19

(Suplente); Adriano Conrado Rodrigues (Titular); Horácio Manuel Santana

20

Teles (Suplente); **ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE:** Márcia

21

Gonçalves (Titular); Íris Renata Vinha (Suplente); **IV- REPRESENTAÇÃO**

22

DOS USUÁRIOS - CENTRAIS SINDICAIS: Guilherme Giuseppin Torres

23

(Titular); José Freire Da Silva (Titular); Ismael Gianeri (Titular); **SETOR**

24

EMPRESARIAL: Marcelo Antonio Fernandes (Titular); **ASSOCIAÇÕES DE**

25

PORTADORES DE DEFICIÊNCIAS: Silvio Augusto Balan Garcia (Titular);

26

Patrícia Regina Dupim (Suplente); **MOVIMENTOS POPULARES DE**

27

SAÚDE: Idreno De Almeida (Titular); Gilberto Teixeira Mendes (Suplente);

28

Douglas Nogueira Alves (Titular); Lúcia De Nazaré Oliveira (Titular); Paulo

29

Roberto Belinelo (Titular); **ASSOCIAÇÕES DE MORADORES:** Alaor Vieira

30

Dos Santos (Titular); **PROGRAMA OU MOVIMENTO RELIGIOSO DE**

31

DEFESA DA SAÚDE: José Carlos Ribeiro Gimenes (Titular);

32

JUSTIFICARAM A AUSÊNCIA: I - PODER PÚBLICO - SECRETARIA DE

2

3

1

4

33 **ESTADO DA SAÚDE:** Cícero Campanharo (Suplente); **SECRETÁRIOS**
34 **MUNICIPAIS DE SAÚDE:** Maristela Siqueira Santos (Titular); Cristiane
35 Bomfim De Lima Gomes (Suplente); Ricardo Leão (Suplente);
36 **UNIVERSIDADES DO ESTADO DE SÃO PAULO:** Antonio Gonçalves Filho
37 (Titular); José Roberto Souza (Suplente); José Carlos Trindade Filho
38 (Titular); Silvia Justina Papini (Suplente); **II – PRESTADORES DE**
39 **SERVIÇOS DE SAÚDE - ENTIDADES FILANTRÓPICAS:** Patrícia
40 Rodrigues Telis (Suplente); **III - REPRESENTAÇÃO DOS**
41 **PROFISSIONAIS DE SAÚDE - REPRESENTANTES DOS SINDICATOS**
42 **DE TRABALHADORES NA ÁREA DA SAÚDE:** Otelio Chino Junior
43 (Suplente); **ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE:** Jorge Carlos
44 Machado Curi (Titular); Alexander De Carlo Navarro (Suplente); **IV -**
45 **REPRESENTAÇÃO DOS USUÁRIOS - CENTRAIS SINDICAIS:** Renato De
46 Jesus Santos (Suplente); Cleonice Caetano De Souza (Suplente);
47 **ASSOCIAÇÕES DE PORTADORES DE PATOLOGIA:** Carla Regiane Diana
48 (Suplente); **MOVIMENTOS POPULARES DE SAÚDE:** Ercindo Mariano
49 Junior (Suplente); Givanildo Oliveira Dos Santos (Suplente); **ASSOCIAÇÃO**
50 **DE DEFESA DE INTERESSE DA MULHER:** Teresa De Souza Dias Gutierrez
51 (Titular); Regiane Alves Ferreira (Suplente); **ASSOCIAÇÕES OU**
52 **MOVIMENTOS POPULARES DE DEFESA DO CONSUMIDOR:** Ana Paula
53 Bortoletto (Titular); Ana Carolina Navarrete (Suplente); **AUSENTES: I –**
54 **PODER PÚBLICO - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE:** Frederico
55 Carbone (Titular); **II – PRESTADORES PRIVADOS DE SERVIÇOS DE**
56 **SAÚDE - ENTIDADES FILANTRÓPICAS:** Antonio De Pádua Chagas
57 (Suplente); **III - REPRESENTAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE -**
58 **CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL:**
59 Daniela Galli (Titular); **IV - REPRESENTAÇÃO DOS USUÁRIOS - SETOR**
60 **EMPRESARIAL:** Veridiano Bispo Dos Santos (Suplente); **ASSOCIAÇÕES**
61 **DE PORTADORES DE PATOLOGIA:** Alisson Barreto (Titular); Carlos
62 Alberto Rotea Júnior (Titular); Tiago Cepas Lobo (Suplente);
63 **MOVIMENTOS POPULARES DE SAÚDE:** Maria Isabel Oliveira Panaro
64 (Suplente); **PROGRAMA OU MOVIMENTO RELIGIOSO DE DEFESA DA**

5
6

2

7

65 **SAÚDE:** José Dionizio Garcia (Suplente). O Presidente dos trabalhos, o
66 Secretário Executivo de Estado da Saúde, Eduardo Ribeiro Adriano, declarou
67 aberta a sessão com as boas-vindas a todos e todas. Em seguida, o
68 Secretário Executivo do Conselho Estadual de Saúde, Belfari Garcia Guiral
69 colocou em votação a ata da trecentésima Reunião Ordinária do CES, trinta
70 e um de agosto de dois mil e vinte, aprovada com dezesseis votos
71 favoráveis e um contrário. Em seguida, tiveram início as apresentações dos
72 convidados. O Secretário Executivo da Secretaria de Estado da Educação,
73 Haroldo Correa Rocha, explanou sobre o plano de retorno das atividades
74 presenciais da educação, que tem como premissa central proteger vidas e
75 cuidar de estudantes, profissionais da educação, pais ou responsáveis,
76 famílias e comunidades. O retorno será gradual e por etapas com
77 autorização do Centro de Contingência do Coronavírus e da Secretaria de
78 Estado da Saúde, com decisão final dos Municípios. Ele informou que
79 escolas fechadas e longos períodos de isolamento podem gerar impactos na
80 saúde mental e no bem estar de crianças e adolescentes. Estar fora da
81 escola aumenta o risco de gravidez na adolescência, exploração sexual,
82 violência, trabalho infantil e outras ameaças. Cada escola poderá optar pela
83 reabertura regionalizada mediante processo de escuta da comunidade
84 escolar. São condições para a reabertura das escolas da rede estadual:
85 realizar consulta à comunidade escolar e elaborar plano de retorno da
86 unidade escolar aprovado pela Diretoria Regional de Ensino; limite diário de
87 matrículas de até 20% dos estudantes para todas as etapas de ensino;
88 cumprir os protocolos sanitários e medidas de segurança; instituir, em
89 parceria com a comunidade escolar, um Comitê Local de Acolhimento e
90 Monitoramento de Protocolos Sanitários para elaborar orientações
91 complementares e monitorar a implementação correta dos protocolos de
92 segurança. O Dr. Haroldo apontou que as escolas estão fazendo ajustes na
93 infraestrutura física com recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola e
94 que quatrocentas e quatorze escolas de cento e vinte oito Municípios já
95 retomaram atividades presenciais desde o dia oito de setembro, cento e
96 oitenta e seis escolas de noventa Municípios do interior e trezentas e quatro

10
97 escolas da Capital voltaram desde o dia sete de outubro. Foram novecentas
98 e quatro escolas reabertas em duzentos e dezenove municípios. O
99 epidemiologista Wanderson Kleber de Oliveira também fez uma
100 apresentação sobre o retorno das atividades de ensino presencial. Ele
101 explicou que todos os atores do tema devem ter voz, incluindo pais ou
102 responsáveis, gestores da saúde pública, imprensa, órgãos de controle,
103 sindicatos, políticos, professores e alunos. Também mostrou gráficos sobre
104 a situação epidemiológica no mundo, no Brasil, com a distribuição de casos
105 por Unidade Federativa e semana epidemiológica, e no Estado de São Paulo.
106 De acordo com o estudo, os principais achados foram que as crianças são
107 significativamente menos suscetíveis à Covid 19, representando apenas dois
108 por cento dos casos globalmente e vinte e quatro por cento da população
109 mundial; e a doença é menos agressiva do que a gripe (influenza) em
110 crianças. Até agosto, os Estados Unidos apresentavam 2,2 vezes menos
111 óbitos por Covid-19 versus cento e sete óbitos por influenza em crianças até
112 quatorze anos. A evidência nos locais onde houve reabertura mostrou que
113 crianças contribuem pouco para a cadeia de transmissão, mas são
114 necessários mais dados para determinar a transmissibilidade
115 definitivamente. O fechamento das escolas ofereceu riscos irreversíveis à
116 Saúde das crianças, agravando condições psiquiátricas, comprometendo a
117 segurança alimentar, aumentando a taxa de gravidez infantil, o número de
118 abusos e maus tratos, uso de drogas e violência. As crianças vulneráveis
119 têm menos acesso à educação a distância de qualidade e sofrem mais com
120 o fechamento de escolas; mulheres tem um comprometimento
121 significativamente maior de sua atividade profissional, acentuando as já
122 enormes desigualdades sociais e de gênero no Brasil, e a manutenção do
123 fechamento das escolas pode agravar a recessão econômica, com prejuízos
124 correspondentes a até um por cento do Produto Interno Bruto. Ele mostrou
125 estudo de casos de países como Alemanha, Nova Zelândia, Israel, Portugal,
126 Uruguai, França e Reino Unido. No Brasil, foram estudados casos no
127 Amazonas, Ceará e São Paulo. Ele explicou que a decisão sobre o retorno
128 do aluno compete aos pais e responsáveis, sendo de caráter opcional.

13

129 Alunos, Professores e Trabalhadores da escola com fatores de risco (idade,
130 doenças crônicas ou gestação), não devem retornar, caso não tenham se
131 infectado anteriormente ou se apresentarem sinais e sintomas de suspeita
132 de Covid 19. O plano da escola deve ser amplamente debatido com os pais
133 ou responsáveis, professores, trabalhadores, representantes da Secretaria
134 Municipal de Saúde e Educação para que todos compreendam o processo de
135 retorno local; e deve ser feito esforço para que escolas públicas e privadas
136 tenham a oportunidade de voltar no mesmo período ou próximo e em
137 comum acordo. Seja escola pública ou privada, somente é permitido o
138 retorno daquelas que apresentam condições estruturais (banheiros e pias
139 com água e sabonete em quantidade, equipamentos de proteção individual,
140 revisão da estrutura física para o distanciamento dos alunos em sala,
141 ventilação e local de isolamento para casos sintomáticos). As escolas devem
142 voltar de modo gradual, de acordo com as possibilidades e condições de se
143 adaptarem ao protocolo geral e às suas particularidades, privilegiando as
144 medidas de prevenção de transmissão de vírus respiratórios. Cada escola
145 deverá adotar plano de testagem junto à Secretaria Municipal de Saúde
146 (SMS) ou junto aos pais por meio de convênio de Saúde, sendo de
147 responsabilidade da escola a orientação e articulação com a família e
148 Órgãos de Saúde. Toda escola deverá se cadastrar no sistema de
149 notificação da Covid-19 e SUS Notifica e registrar todos os casos suspeitos
150 de acordo com as instruções da SMS. O infectologista Marco Aurélio Sáfy
151 fez algumas reflexões sobre as peculiaridades da Covid-19 em crianças e
152 adolescentes. Ele fez um panorama da doença no Brasil e nos EUA, da
153 proteção cruzada oferecida por outras viroses respiratórias comuns na
154 infância, os efeitos não específicos das vacinas de componentes vivos, entre
155 outras informações. Também avaliou o papel das crianças na disseminação
156 do coronavírus: as crianças representam uma pequena fração dos casos
157 confirmados de Covid-19 das infecções relatadas na China, Itália e Estados
158 Unidos. Mostrou estudos em que a maioria dos casos confirmados em
159 crianças foram assintomáticos, leves ou moderados, apontando que
160 intervenções voltadas para crianças podem ter limitado impacto na

16
161 transmissão do Sars-CoV-2, particularmente se a transmissibilidade de
162 infecções subclínicas for baixa. Afirmou que o risco em professores foi
163 similar ao observado em outras profissões e que houve limitada transmissão
164 secundária, porém, o impacto nos programas de atenção à criança foi
165 relevante. Ele tratou também das estratégias de mitigação para reduzir a
166 transmissão do Sars-CoV-2 nas escolas, como máscaras faciais,
167 distanciamento social, higiene e etiqueta respiratória, limpeza e
168 desinfecção, rastreamento de contatos, suprimentos adequados, entre
169 outros. Explicou ainda sobre o desenvolvimento de vacinas e a classificação
170 dos grupos prioritários para imunização. A Presidenta do Conselho Estadual
171 de Educação, Ghisleine Trigo Silveira, fez uma retrospectiva da atuação do
172 Colegiado durante a pandemia desde março de 2019. Ela avaliou como
173 negativo o impacto da suspensão prolongada das aulas presenciais e falou
174 dos riscos educacionais e de proteção e segurança. Também trouxe um
175 contexto das evidências científicas, apontando que a incidência de Covid-19
176 em crianças é bem menor que em adultos, a mortalidade e a taxa de
177 complicações por Covid-19 são muito baixas na população infantil e
178 adolescente, e menores do que a da influenza na mesma faixa etária.
179 Tratou da Recomendação sobre a retomada das aulas e atividades
180 pedagógicas presenciais da Educação Básica nas instituições escolares e
181 sistemas de ensino estadual e municipais do Estado de São Paulo. O
182 Secretário de Estado de Educação de São Paulo, Rossieli Soares, falou da
183 importância do debate e do início das atividades presenciais, dando
184 prioridade aos aspectos de Saúde e ao retorno progressivo das aulas, e se
185 colocou à disposição do Conselho para a apresentação dos resultados da
186 retomada. O Conselheiro Douglas ressaltou a importância dos funcionários
187 da Educação e da Saúde e colocou seu posicionamento contrário ao retorno
188 às aulas, por conta de problemas de infraestrutura e má gestão de escolas,
189 transporte público e dos problemas de atendimento às crianças na Rede de
190 Atenção Básica. O Conselheiro Benedito também se posicionou de forma
191 contrária à retomada das aulas presenciais, apontando a falsa simetria
192 entre os países que estão adotando medidas efetivas contra a Covid-19 e o

19
193 Brasil. Também destacou a ausência de representação do Conselho Estadual
194 de Saúde no Comitê de Combate ao Coronavírus. A Conselheira Lourdes
195 pontuou sobre a pressão das escolas particulares sobre o Governo do
196 Estado para o retorno às aulas presenciais. Afirmou que as escolas públicas
197 não têm condições, infraestrutura nem efetivo para garantir segurança às
198 crianças e suas famílias. O Secretário Haroldo respondeu aos Conselheiros
199 que registrou todas as preocupações e reafirmou a importância da
200 retomada das aulas, condicionada à adesão dos Municípios, apontando
201 novamente os protocolos de Saúde. O Dr. Wanderson falou sobre o ensino
202 híbrido e adequação do calendário didático pedagógico, concordou com os
203 Conselheiros que há dificuldades, mas, apontou a importância do diálogo. O
204 Presidente Eduardo agradeceu os participantes e a disposição dos
205 Conselheiros de ouvir os diferentes pontos de vistas dos profissionais.
206 Enfatizou ser um tema cuja discussão não vai se esgotar, de preocupação
207 mundial, e o aprofundamento do seu conhecimento ser relevante mesmo
208 para reafirmar os posicionamentos já concebidos. O Secretário Belfari
209 passou então ao segundo item de pauta, sobre o projeto de Lei 529/2020,
210 que estabelece medidas voltadas ao ajuste fiscal e ao equilíbrio das contas
211 públicas. O Superintendente Marcos Boulos, da Superintendência de
212 Controle de Endemias (Sucen), explicou sobre a transferência das
213 atividades e dos Recursos Humanos da Autarquia para Coordenadoria de
214 Controle de Doenças (CCD) da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo.
215 A Presidenta do SindSaúde, Cleonice Ribeiro, fez uma apresentação sobre
216 os impactos do Projeto de Lei 529/2020 para a Saúde Pública Estadual e
217 Municipal, ressaltando que, se aprovado, os trabalhadores da Sucen podem
218 perder seus empregos. Além disso, a falta de controle dos vetores
219 acarretará mais gastos com Saúde e o risco de calamidade pública. A
220 Presidenta ainda explicou sobre o papel da Furp no Estado de São Paulo,
221 principalmente, em relação à sua importância na produção de
222 medicamentos de alto custo. Em relação à Fosp, ela disse que acabar com a
223 fundação significa deixar de prestar cinco mil atendimentos, de fornecer
224 setecentas próteses, e deixar de receber cento e cinquenta novos pacientes

22

225 do Brasil inteiro, anualmente. Sobre o Iamspe, a Presidenta lembrou que
226 a aprovação do PL 529 aumentará a contribuição dos servidores, que estão
227 sem reajuste há anos. O Diretor Técnico do DIEESE, Fausto Augusto Junior,
228 fez sua apresentação, apontando os principais pontos do PL 529/2020 e sua
229 tramitação em regime de urgência na Alesp. Também falou de suas
230 medidas para enfrentar o impacto da crise da Covid-19 nas finanças no
231 Estado de São Paulo: extinção de dez entidades, programa de demissão de
232 servidores públicos, ampliação de alíquotas pagas pelos servidores ao
233 Iamspe, alteração do sistema de fundos do Estado, elevação de tributos
234 estaduais (ICMS, ITCMD, IPVA), autorização para venda de patrimônio do
235 Estado e ampliação da base de securitização de recebíveis (venda de
236 receitas futuras com desconto). O Diretor enfatizou que, apesar dos
237 impactos da crise causados pela pandemia serem a curto prazo, a solução
238 encontrada pelo Estado terá impactos permanentes com a descontinuidade
239 de serviços públicos, o desligamento de servidores e o aumento de
240 contribuição, que perdurarão mesmo após os efeitos da Covid-19. O
241 Superintendente do Iamspe, Wilson Pollara, concordou com o representante
242 do DIEESE, declarou que está havendo uma correção na contribuição do
243 funcionário público, apontou a má remuneração dos funcionários do
244 Iamspe, a tabela quase equivalente a tabela SUS para cento e quinze
245 hospitais credenciados e a responsabilidade por um milhão e trezentos mil
246 servidores distribuídos pelo Estado. O Superintendente da Furp, Afonso
247 Celso, falou sobre a situação financeira da Fundação, seu elevado custo de
248 produção, quantidade excessiva de funcionários estáveis, sua incapacidade
249 de gerar recursos adicionais e de sua posição não competitiva no mercado
250 de medicamentos. O Presidente Eduardo fez considerações em relação à
251 Fosp e suas áreas de atuação, que serão atendidas pela Secretaria de
252 Estado da Saúde por meio da Rede Hebe Camargo, composta por setenta e
253 seis instituições de Saúde referenciadas no tratamento oncológico. Ele
254 enfatizou que não haverá qualquer prejuízo assistencial à população com a
255 extinção da Sucen, Furp e Fosp. O Conselheiro Benedito tratou da posição
256 contrária dos Municípios em relação à extinção da Sucen e a falta de debate

23

24

25

257 em relação ao Projeto de Lei com o Conselho e a população. Também
258 questionou sobre a posição da Furp e a especificidade do atendimento da
259 Fosp e se posicionou contrário ao fechamento das três instituições de Saúde
260 para benefício fiscal. O Conselheiro Alaor cobrou de outras autoridades de
261 defesa de direitos, de controle externo e de fiscalização um posicionamento
262 contrário em relação ao PL. O Conselheiro Horácio colocou o erro de
263 encaminhamento financeiro do PL quando aponta que as atividades
264 realizadas pelas instituições serão absorvidas pela Secretaria e outras
265 unidades. A Conselheira Iris citou o processo de CPI da Furp, a contratação
266 da FIPE para fazer o seu diagnóstico situacional, e a importância da
267 produção de medicamentos negligenciados; também falou que o HC não
268 tem capacidade de absorver as demandas da Fosp e o acompanhamento do
269 Ministério Público neste processo. A Cleonice questionou sobre a
270 continuidade do tratamento dos pacientes da Fosp e os serviços do Iamspe
271 no interior do Estado. O Conselheiro Douglas ressaltou o conjunto de
272 incongruências do PL em relação à Saúde e a necessidade de uma auditoria
273 para a avaliação. O Dr. Pollara lembrou aos Conselheiros que o Iamspe não
274 faz parte do SUS porque não está dentro dos 12% de recursos do
275 Orçamento destinados à Saúde. O Secretário Belfari colocou em votação o
276 posicionamento contrário do Conselho Estadual de Saúde em relação à
277 continuidade do PL 529/2020, que foi aprovado com 13 votos. Sem quórum
278 para mais deliberações, a reunião foi encerrada. O Presidente Eduardo
279 registrou seu agradecimento aos participantes.

280 **DELIBERAÇÃO Nº 01 - ASSUNTO:** Aprovação e votação da Ata da
281 reunião ordinária do CES nº 300ª de 31-08-2020. **DECISÃO:** Aprovada 16
282 votos a favor, 0 voto contrário, 01 voto abstenção.

283 **DELIBERAÇÃO Nº 02 - ASSUNTO:** Discussão sobre o Projeto de Lei
284 529/2020 com a participação de convidados. O Conselho Estadual de Saúde
285 se posiciona contrário à continuidade da PL 529/2020. **DECISÃO:** Aprovada
286 13 votos a favor, 2 votos contrário, 0 voto abstenção.

287 Ata lavrada pela Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Saúde de SP